



**UNIMED SOUSA – COOPERATIVA DE
TRABALHO MÉDICO**

***DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024***





UNIMED SOUSA – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

Demonstrações Contábeis

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

Balanços Patrimoniais

Demonstrações de Resultados

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Direto

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO **2025**

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da **Unimed Sousa - Cooperativa de Trabalho Médico** relativas ao exercício de 2025, observando as disposições estabelecidas, pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) no anexo I da Resolução Normativa nº 528/22, e pela Legislação Societária Brasileira.

1. Cenário da Saúde Suplementar e Contexto Social

O setor de saúde suplementar brasileiro manteve trajetória de crescimento em 2025, consolidando a recuperação observada no período pós-pandemia. Dados recentes da ANS indicam manutenção do nível recorde de beneficiários, superior a 52 milhões de usuários em planos médico-hospitalares, impulsionado pelo aumento do emprego formal e pela valorização da assistência privada à saúde.

Observa-se, contudo, a permanência de fatores estruturais que pressionam a sustentabilidade econômico-financeira das operadoras:

- Envelhecimento populacional acelerado;
- Judicialização crescente da saúde;
- Ampliação do rol de procedimentos obrigatórios;
- Incorporação tecnológica e terapias de alto custo; e,
- Aumento das despesas assistenciais, especialmente em oncologia, terapias do espectro autista e materiais especiais (OPME).

Apesar desses desafios, o setor apresentou melhora gradual dos resultados operacionais, favorecida pela recomposição das mensalidades e pelo aprimoramento dos mecanismos de gestão assistencial e controle de custos.

Nesse contexto, a **Unimed Sousa** manteve atuação prudente e estratégica, reforçando sua sustentabilidade e capacidade de adaptação às transformações do setor.



www.unimedsousa.com.br
Rua Manoel Gadelha Filho, 37 - Centro
CEP 58802-000 - Sousa - PB
Fone: (83) 3522-4244

2. Desempenho Institucional e Modelo de Gestão

Em 2025, a Cooperativa seguiu fortalecendo seu modelo de gestão orientado para:

- Sustentabilidade econômico-financeira;
- Eficiência operacional;
- Governança corporativa;
- Inovação tecnológica; e,
- Centralidade no beneficiário.

O desempenho alcançado decorre da combinação entre crescimento da carteira, diversificação de receitas, rigor no controle de custos assistenciais, combate à inadimplência e investimentos em tecnologia e na melhoria de processos.

3. Experiência do Cliente e Transformação Digital

A **Unimed Sousa** a continuou investindo na modernização da jornada do beneficiário, ampliando soluções digitais que proporcionam maior agilidade, autonomia e comodidade, com destaque para:

- Automação das solicitações de autorização;
- Serviços digitais via portal e aplicativos;
- Utilização de canais eletrônicos para emissão de boletos e renegociações; e,
- Ampliação do atendimento remoto.

A digitalização dos serviços permitiu significativa redução da demanda por atendimentos presenciais e contribuiu para a melhoria da experiência do usuário e eficiência operacional.

4. Mercado e Expansão da Carteira

Mesmo diante de um ambiente competitivo e economicamente desafiador, a Cooperativa manteve esforços comerciais estratégicos, com campanhas de marketing direcionadas e planos promocionais adaptados às necessidades da população local.

Apesar de, em 2025, a **Unimed Sousa** ter tido uma pequena redução da carteira de beneficiários, continua sendo referência regional em assistência à saúde.

Em 2024, a operadora possuía 1.880 beneficiários, registrando variação de 43 beneficiários no período, totalizando 1.843 beneficiários em 2025.

5. Gestão da Inadimplência

Em 2025, a Cooperativa manteve rigoroso controle da inadimplência, por meio do aprimoramento dos processos de cobrança, comunicação preventiva com beneficiários e facilitação dos meios de pagamento.

Essas medidas contribuíram para a manutenção de níveis reduzidos de inadimplência, fortalecendo o fluxo de caixa e a previsibilidade financeira.

6. Política de Destinação das Sobras

A **Unimed Sousa** é uma sociedade Cooperativa de primeiro grau e tem por objetivo a congregação de integrantes da profissão médica, para a sua defesa econômico-social, proporcionando-lhes condições para o exercício de sua atividade e aprimoramento do serviço de assistência médico-hospitalar.

Em caso de sobras, as mesmas são distribuídas com seus cooperados em conformidade a Lei nº 5.764/71 e seu Estatuto Social.

7. Indicadores Econômico-Financeiros

Durante o exercício de 2025, a **Unimed Sousa** manteve o acompanhamento sistemático de seus indicadores econômico-financeiros, em conformidade com os parâmetros utilizados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pela Unimed do Brasil.

A seguir, apresentamos um quadro com os principais indicadores econômico-financeiros:

Indicador	2025	2024
Receita Líquida (ROL)	17.611.316	17.058.467
Resultado Líquido do Exercício	(794.448)	628.010
Margem de Resultado (%)	-4,50%	3,68%
Capital Baseado em Risco (CBR)	2.335.933	1.972.570
Ativos Garantidores	3.824.806	3.418.256
Índice de Liquidez Corrente	2,50	3,22

8. Investimentos e Infraestrutura em 2025

Durante o exercício, foram realizados investimentos voltados à modernização tecnológica, melhoria da infraestrutura e aprimoramento dos sistemas operacionais, reforçando a eficiência administrativa e a qualidade dos serviços prestados, com prioridade em:

- Tecnologia da informação;
- Equipamentos operacionais;
- Integração com soluções do Sistema Unimed; e,
- Segurança da informação e continuidade operacional.

Investimentos realizados em 2025

	R\$
Investimentos - Central Nacional Unimed	180.509
Investimentos - Unimed Seguros	173
Imobilizado - Equipamentos de informática	12.210
Total	192.892

9. Conformidade Regulatória e Governança

A **Unimed Sousa** mantém compromisso permanente com a conformidade regulatória, gestão de riscos e governança corporativa, observando os normativos da ANS e as melhores práticas de transparência e controle interno. Durante o exercício de 2025:

- Os controles internos foram mantidos e aprimorados; e,
- A Cooperativa permaneceu aderente às exigências regulatórias.

10. Capacidade Financeira

A Cooperativa manteve posição financeira sólida, com adequada cobertura das provisões técnicas, liquidez satisfatória e aplicações garantidoras em conformidade com as exigências regulatórias.

A **Unimed Sousa** finaliza o ano de 2025 com o saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$361.826, além de R\$10.275.448 em aplicações financeiras (garantidoras de provisões técnicas e livres), o que mantém em uma classificação financeira muito boa.

11. Declaração de Não Ocorrência de Operações Suspeitas

Em 2025 não houve ocorrência de operações suspeitas.



www.unimedsousa.com.br
Rua Manoel Gadelha Filho, 37 - Centro
CEP 58802-000 - Sousa - PB
Fone: (83) 3522-4244

12. Perspectivas e Planos da Administração para o Exercício Seguinte

Para 2026, a Administração manterá foco em:

- Crescimento sustentável da carteira;
- Racionalização dos custos assistenciais;
- Fortalecimento da atenção primária e medicina preventiva;
- Expansão das soluções digitais;
- Melhoria da eficiência operacional;
- Conformidade regulatória e gestão de riscos.

A Cooperativa continuará buscando soluções que assegurem sua perenidade e o cumprimento de sua missão de promover saúde com qualidade, ética e sustentabilidade.

Sousa (PB), 27 de fevereiro de 2026.

Diretoria Executiva.

Presidente

Vice-presidente

Superintendente

Dra. Ana Beatriz Melo Gadelha Sarmiento

Dra. Helda Pires de As Mendes

Dr. André Cabral de Moraes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Ilmos. Srs. Membros do
Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria da
Unimed Sousa – Cooperativa de Trabalho Médico
Sousa – PB

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Unimed Sousa – Cooperativa de Trabalho Médico** (“**Cooperativa**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Unimed Sousa – Cooperativa de Trabalho Médico** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro (RJ), 27 de fevereiro de 2026.



Eliel Torres da Mota
Contador - CRC-PE-025592/O-0



Thomás de Oliveira Maranhão Cavalcanti
Contador - CRC-PE-026437/O-7



www.unimedsousa.com.br
Rua Manoel Gadelha Filho, 37 - Centro
CEP 58802-000 - Sousa - PB
Fone: (83) 3522-4244

UNIMED SOUSA - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

Balanços Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	Nota	2025	2024
Ativo			
Ativo circulante		11.971.567	10.964.719
Disponível		361.826	525.265
Realizável		11.609.741	10.439.454
Aplicações financeiras	6	10.275.448	10.183.625
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		3.824.806	3.418.256
Aplicações livres		6.450.642	6.765.369
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	7	141.590	162.378
Contraprestação pecuniária a receber		141.590	162.378
Créditos de oper. assist. à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	8	1.050.418	34.910
Créditos tributários e previdenciários		32.717	11.075
Bens e títulos a receber		91.493	29.291
Conte-corrente com cooperados		18.075	18.175
Ativo não circulante		7.350.076	7.753.588
Realizável a longo prazo		3.398	3.398
Depósitos judiciais e fiscais		3.398	3.398
Investimentos	9	6.388.012	6.707.330
Participações societárias pelo método de custo		6.388.012	6.707.330
Outros investimentos		6.388.012	6.707.330
Imobilizado	10	958.666	1.042.860
Imóveis de uso próprio		808.445	872.195
Imóveis - não hospitalares		808.445	872.195
Imobilizado de uso próprio		150.221	170.665
Não hospitalares		150.221	170.665
Total do Ativo		19.321.643	18.718.307

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



www.unimedsousa.com.br
Rua Manoel Gadelha Filho, 37 - Centro
CEP 58802-000 - Sousa - PB
Fone: (83) 3522-4244

UNIMED SOUSA - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

Balanços Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	Nota	2025	2024
Passivo			
Passivo circulante		4.789.676	3.409.219
Provisões técnicas de operações de assistência a saúde	11	4.295.214	2.846.671
Provisão de contraprestações		685.562	660.723
Provisão de contraprestação não ganha - PCNG		663.872	639.723
Provisão para remissão		21.690	21.000
Provisão de eventos a liquidar para SUS		263.550	241.587
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores		1.786.000	443.106
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)		1.560.102	1.501.255
Débitos de operações de assistência à saúde		84.352	110.037
Receita antecipada de contraprestações		84.352	110.037
Tributos e encargos sociais a recolher	12	329.141	334.348
Débitos diversos		75.354	112.498
Conta-corrente de cooperados		5.615	5.665
Passivo não circulante		156.664	135.155
Provisões técnicas de operações de assistência a saúde	11	57.712	50.155
Provisão para remissão		54.323	46.928
Provisão de eventos a liquidar para SUS		3.389	3.227
Provisões		98.952	85.000
Provisões para ações judiciais	13	98.952	85.000
Patrimônio líquido	14	14.375.303	15.173.933
Capital social		1.099.841	1.099.841
Reservas		14.072.238	13.622.791
Reservas de lucros		14.072.238	13.622.791
Lucros (Prejuízos) acumulados		(796.776)	451.301
Total do Passivo		19.321.643	18.718.307

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



www.unimedsousa.com.br
Rua Manoel Gadelha Filho, 37 - Centro
CEP 58802-000 - Sousa - PB
Fone: (83) 3522-4244

UNIMED SOUSA - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

Demonstrações de Resultados

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	Nota	2025	2024
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde	15	17.611.316	17.058.467
Receitas com operações de assistência à saúde		17.838.980	17.326.260
Contraprestações líquidas		17.847.065	17.333.609
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	11(b)	(8.085)	(7.349)
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(227.664)	(267.793)
Eventos indenizáveis líquidos		(12.895.668)	(9.888.352)
Eventos conhecidos ou avisados	16	(12.836.821)	(9.821.164)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados	11(b)	(58.847)	(67.188)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		4.715.648	7.170.115
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	17	12.004.368	8.942.732
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar		11.748.911	8.723.208
Outras receitas operacionais		255.457	219.524
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde	18	(2.237.428)	(3.045.976)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(2.175.483)	(2.931.848)
Provisão para perdas sobre créditos		(61.945)	(114.128)
Outras despesas oper. de assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora	19	(11.371.564)	(8.628.623)
Resultado bruto		3.111.024	4.438.248
Despesas administrativas	20	(4.968.531)	(4.443.853)
Resultado financeiro líquido	21	1.837.392	1.228.354
Receitas financeiras	21	2.338.533	1.803.882
Despesas financeiras	21	(501.141)	(575.528)
Resultado patrimonial		(3.232)	(5.420)
Despesas patrimoniais		(3.232)	(5.420)
Resultado antes dos impostos e participações		(23.347)	1.217.329
Imposto de renda	22	(560.633)	(426.970)
Contribuição social	22	(210.468)	(162.349)
Resultado líquido		(794.448)	628.010

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



www.unimedsousa.com.br
Rua Manoel Gadelha Filho, 37 - Centro
CEP 58802-000 - Sousa - PB
Fone: (83) 3522-4244

UNIMED SOUSA - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	Nota	Capital Social	Reservas		Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
			Fundo de Reserva	FATES		
Saldos em 1º de janeiro de 2024		1.099.841	9.618.068	3.776.344	-	14.494.253
Ajustes de exercícios anteriores		-	-	-	53.310	53.310
Utilização do FATES	14(b)	-	-	(1.640)	-	(1.640)
Resultado líquido		-	-	-	628.010	628.010
Proposta de destinação das sobras	14(b)					
Constituição do Fundo de Reserva		-	62.801	-	(62.801)	-
Constituição do FATES		-	-	31.400	(31.400)	-
Constituição do FATES - Ato não cooperativo		-	-	135.818	(135.818)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.099.841	9.680.869	3.941.922	451.301	15.173.933
Incorporação das sobras do exercício anterior		-	451.301	-	(451.301)	-
Ajustes de exercícios anteriores		-	-	-	(2.328)	(2.328)
Utilização do FATES	14(b)	-	-	(1.854)	-	(1.854)
Resultado líquido		-	-	-	(794.448)	(794.448)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.099.841	10.132.170	3.940.068	(796.776)	14.375.303

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



www.unimedsousa.com.br
Rua Manoel Gadelha Filho, 37 - Centro
CEP 58802-000 - Sousa - PB
Fone: (83) 3522-4244

UNIMED SOUSA - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Direto

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	2025	2024
Atividades operacionais		
(+) Recebimento de planos saúde	17.984.749	17.464.803
(+) Resgate de aplicações financeiras	2.991.782	1.038.871
(+) Recebimento de juros de aplicações financeiras	-	-
(+) Outros recebimentos operacionais	8.923.873	6.176.067
(-) Pagamento a fornecedores/prestadores de serviço de saúde	(17.305.668)	(14.485.400)
(-) Pagamento de pessoal	(595.718)	(543.874)
(-) Pagamento de pró-labore	(317.256)	(312.200)
(-) Pagamento de serviços terceiros	(2.402.761)	(2.083.993)
(-) Pagamento de tributos	(2.199.576)	(2.375.277)
(-) Pagamento de processos judiciais (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(30.489)	(99.812)
(-) Pagamento de promoção/publicidade	(1.457)	(3.866)
(-) Aplicações financeiras	(2.000.000)	(346.771)
(-) Outros pagamentos operacionais	(5.700.119)	(4.248.021)
Caixa líquido das atividades operacionais	(652.640)	180.527
Atividades de investimentos		
(+) Outros recebimentos das atividades de investimento	500.000	-
(-) Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - outros	(10.799)	(5.738)
Caixa líquido das atividades de investimentos	489.201	(5.738)
Variação de caixa e equivalente de caixa	(163.439)	174.789
Caixa - saldo inicial	525.265	350.476
Caixa - saldo final	361.826	525.265
Variação de caixa e equivalente de caixa	(163.439)	174.789
Ativos livres no início do período	7.290.634	7.190.471
Ativos livres no final do período	6.812.468	7.290.634
Aumento/(Diminuição) nas aplicações financeiras - Recursos livres	(478.166)	100.163

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UNIMED SOUSA - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(em Reais)

1. Contexto operacional

A Unimed Sousa - Cooperativa de Trabalho Médico ("Cooperativa") é uma sociedade cooperativa singular e tem por objetivo a congregação dos integrantes da profissão médica para sua defesa econômico-social, proporcionando-lhes condições para o exercício de sua atividade e aprimoramento do serviço de assistência médico-hospitalar.

As atividades da Cooperativa são reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, estando registrada junto a esta última sob o nº 34315-3.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela ANS, as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e observando-se a Lei das Cooperativas nº 5.764/71. O modelo de apresentação e o plano de contas seguem regulamentação da ANS, através da Resolução Normativa nº 528/2022, emitida pela referida agência reguladora. Eles evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, que estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso, pela Administração, de certas estimativas contábeis críticas e, também, o uso de julgamentos que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores das receitas, dos custos e das despesas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

Todos os valores apresentados nas Demonstrações Contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em Reais, exceto aqueles eventualmente indicados de outra forma.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do resultado do exercício, razão pela qual a demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada.

As demonstrações contábeis da Cooperativa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram autorizadas para emissão pela Administração em 27 de fevereiro de 2026.

2.2. Disponível (Caixa e equivalentes de caixa)

O disponível é constituído de numerários em caixa e depósitos bancários.

2.3. Aplicações financeiras

Incluem aplicações financeiras resgatáveis no prazo contratado, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e com prazos de vencimentos não superiores a três meses, a contar da data da contratação. Todas as aplicações vinculadas às provisões técnicas foram registradas no ativo circulante, observando-se critério de indisponibilidade desse recurso financeiro.

2.4. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Referem-se aos valores a receber pela venda de contratos de planos de assistência à saúde, reconhecidos pelo valor justo, deduzida a provisão para perdas sobre créditos. Na prática são normalmente reconhecidos pelo valor faturado, ajustado pela provisão para perdas sobre créditos, se necessário. O saldo é formado por planos preestabelecidos, cujas mensalidades são calculadas e pagas antes da utilização das coberturas contratadas.

A provisão para perdas sobre créditos é constituída segundo os seguintes critérios:

- Planos individuais com preço preestabelecido - A totalidade do crédito desse tipo de plano, quando há pelo menos uma parcela do contrato vencida há mais de 60 dias;
- A totalidade do crédito dos demais planos, quando há pelo menos uma parcela do contrato vencida há mais de 90 dias.

A Administração da Cooperativa revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-la à evolução da inadimplência de sua carteira.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

2.5. Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

Referem-se principalmente aos valores a receber e a faturar de operações de assistência à saúde prestados a outras Unimeds. Destacam-se nessa modalidade os Intercâmbios, que tratam de atendimentos eventuais por uma operadora (Cessionária) a um beneficiário do plano de saúde de outra operadora (Cedente). Nesse caso, a Cedente deve considerar o atendimento como de um prestador de serviço conveniado e reconhecê-lo como evento. Já a Cessionária funciona como simples prestadora de serviço (apesar de ser operadora) e trata a operação de prestação de serviços não relacionados com seus planos de saúde, inclusive, segregando os valores do atendimento e de qualquer adicional cobrado pelo serviço prestado.

As operações com intercâmbio que se referem a operações de atendimento de beneficiários de outras singulares, são segregadas da seguinte forma: i) operações com intercâmbio eventual: o usuário não é atendido habitualmente e, portanto, a operação é contabilizada como reembolso, sendo registrado no resultado apenas a taxa de administração, além da diferença de tabela, conforme plano de contas padrão da ANS; e ii) operações com intercâmbio habitual: onde o usuário é atendido com habitualidade, sendo que o registro contábil é realizado como contraprestações de operações de assistência à saúde como operações de compartilhamento de riscos, em razão da Resolução Normativa (RN) nº 517/22 da ANS.

Registram-se ainda nesse grupo outros créditos operacionais de prestação de serviços médico-hospitalares (convênios e particulares) reconhecidos pelo valor justo, deduzida a provisão para perdas sobre créditos. Na prática, são normalmente reconhecidos pelo valor faturado, ajustado pela provisão para perda sobre créditos, se necessário.

2.6. Investimentos

Consistem em quotas de sociedades congêneres e estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando necessário.

2.7. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada (calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, apropriada ao resultado do exercício) e perdas ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Resultado Patrimonial”, na demonstração do resultado.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**2.8. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde**

As provisões técnicas, classificadas no passivo, têm como objetivo refletir as obrigações futuras esperadas decorrentes da operação de planos privados de assistência à saúde, adequando-as aos princípios contábeis. Estas provisões refletem tanto a perspectiva de gastos futuros incertos quanto à sua ocorrência e valor. O fato gerador é um fato passado que gera a concessão de um benefício previsto contratualmente. A concessão do benefício, entretanto, não implica na ocorrência de um gasto com assistência à saúde. Assim, as referidas provisões são registradas em função dos gastos esperados com assistência à saúde. São contabilizadas tendo como base de cálculo as formulações e regras explicitadas em normativos ou, quando estes facultarem, Nota Técnica Atuarial aprovada previamente pela ANS. O registro se dá em obediência ao Princípio de Competência, lastreadas, obrigatoriamente, por ativos garantidores estabelecidos nos moldes da legislação vigente.

A Cooperativa possui as seguintes provisões:

(a) Provisão de contraprestação não ganha - PCNG

A provisão de contraprestação não ganha - PCNG, regulamentada pela ANS, compreende a apropriação das contraprestações em preço preestabelecido pelo valor correspondente ao rateio diário – pro rata dia – do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura.

O cálculo da PCNG deve apurar a parcela de contraprestações não ganhas relativos ao período de cobertura do risco.

(b) Provisão para remissão

A ANS obriga a constituição de provisão para remissão, que é utilizada para assegurar aos dependentes do titular falecido a garantia do atendimento à saúde prevista contratualmente. A metodologia é definida em Nota Técnica Atuarial - NTA, aprovada pela ANS, considerando a expectativa de vida e o período de cobertura de cada beneficiário em gozo.

Por meio desse benefício, os usuários em gozo ficam isentos de pagamento da contraprestação pecuniária pelo período indicado no contrato.

Essa provisão tem por objetivo constituir, de forma suficiente, a garantia à assistência à saúde dada durante todo o prazo restante do benefício. A provisão constituída está lastreada por ativos garantidores.

(c) Provisão de eventos a liquidar para SUS

Os eventos a liquidar para SUS referem-se aos valores cobrados das operadoras de planos privados de assistência à saúde pela ANS relativos aos atendimentos previstos nos contratos com os beneficiários da operadora que tenham sido efetuados na rede pública integrante do Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com a ANS, essa provisão deve ser lastreada por ativos garantidores.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(d) Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores

Os eventos a liquidar são registrados pelo valor integral cobrado na data do primeiro conhecimento pela operadora. Com base em normativos da ANS, a Cooperativa deve efetuar o registro contábil das Provisões de Eventos a Liquidar pelo seu valor integral cobrado pelo prestador, no mês da notificação da ocorrência da despesa assistencial, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de transmissão, direta ou indireta, que evidencie a realização do procedimento assistencial do beneficiário.

A provisão para eventos a liquidar para outros prestadores deve ser lastreada por ativos garantidores, sendo obrigatória a vinculação para eventos que tenham sido avisados há mais de 60 dias para a operadora.

São reconhecidos pelo valor justo, o que, na prática, corresponde ao valor das contas médico-hospitalares.

(e) Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)

A ANS, por meio da Resolução Normativa - RN nº 574, de 28 de fevereiro de 2023, obriga as operadoras de planos de saúde a constituírem a Provisão para Eventos Ocorridos e Não-Avisados - PEONA, que será apurada observando o maior entre os seguintes valores:

I - 8,5% do total de contraprestações nos últimos 12 meses, na modalidade de preço preestabelecido, ou;

II - 10% do total de eventos indenizáveis, nos últimos 12 meses, na modalidade de preço preestabelecido.

As alíquotas utilizadas nesta apuração são destinadas à planos de saúde com até 100.000 beneficiários.

A provisão constituída está lastreada por ativos garantidores relativos a aplicações financeiras vinculadas.

(f) Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA SUS)

Referente à estimativa do montante de eventos originados no Sistema Único de Saúde (SUS), que tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à Cooperativa. A ANS prevê que a referida provisão técnica deve ser apurada conforme metodologia atuarial definida por atuário legalmente habilitado e descrita em NTAP. Porém, faculta para as operadoras que não possuam metodologia atuarial própria a possibilidade de cálculo da PEONA SUS com base em cálculo aritmético definido em metodologia estabelecida pelo referido órgão regulador.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

2.9. Provisões para ações judiciais

As provisões para ações judiciais são constituídas quando há uma obrigação legal ou tácita resultante de eventos passados, é provável que seja necessária uma saída de recursos que incorpore benefícios econômicos para liquidá-la e possa ser feita uma estimativa confiável do montante envolvido. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações contábeis.

2.10. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre prestações de serviço.

As receitas com as contraprestações provenientes das operações de planos privados de assistência à saúde na modalidade de preço preestabelecido são apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário - *pro-rata-die* - do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura.

As receitas correspondentes aos contratos com preços pós-estabelecidos, a apropriação da receita é registrada na data em que se fazem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais.

Conforme requerido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, os valores não apropriados de acordo com seus respectivos períodos de competência são registrados na rubrica "Provisão de Contraprestações Não Ganhas - PCNG", e posteriormente apropriados como receita de acordo com o critério *pro-rata-die*, conforme o adequado período de competência da cobertura do risco dos contratos.

2.11. Reconhecimento do custo

Os eventos indenizáveis contabilizados pela Cooperativa são apropriados ao custo, considerando-se a data da apresentação da conta médica ou do aviso pelos prestadores, correspondente aos eventos ocorridos. Nos casos em que o fato gerador (atendimento ao beneficiário) da despesa ocorre sem o conhecimento da Cooperativa, o reconhecimento da despesa se dá com a constituição da provisão técnica denominada "Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)".

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

2.12. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data dos balanços da Cooperativa, estando atento às leis específicas aplicáveis.

As provisões para o imposto de renda e para a contribuição social imputadas ao resultado são calculadas conforme a Lei nº 5.764/71, sendo ainda observada as demais normas a respeito. Desta forma, a base de cálculo destes tributos é o resultado positivo dos atos não cooperados do exercício e ajustes realizados no LALUR - Livro de Apuração do Lucro Real. O imposto de renda é computado sobre a sobra tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as sobras que excederem R\$240 mil no período de 12 meses. A contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre a sobra tributável. O reconhecimento destes tributos obedece ao regime de competência.

2.13. Ativos e passivos financeiros

Ativos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Cooperativa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor juros por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Um ativo financeiro poderá ser classificado como: mensurado ao custo amortizado; ao VJORA (instrumento de dívida); ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes); instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Cooperativa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Cooperativa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Cooperativa;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados (por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Cooperativa.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

A Cooperativa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais, de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Cooperativa considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Cooperativa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente (o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato). Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros

Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento***Ativos financeiros***

A Cooperativa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Cooperativa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Cooperativa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Cooperativa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Cooperativa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros podem ser reportados pelo seu valor líquido no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As demonstrações contábeis apresentadas não contêm nenhuma compensação de instrumentos financeiros.

2.14. Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)***Ativos financeiros não-derivativos***

O Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, exige que a Cooperativa registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida.

Na avaliação do modelo de perdas em crédito esperadas, a Cooperativa levou em consideração seu procedimento atual de provisão para perdas com devedores duvidosos, estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis à área da atuação da Cooperativa.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis***Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado***

A Cooperativa avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperação como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” ocorrido) e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as outras partes estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que elas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

Em relação aos seus ativos financeiros, a Cooperativa avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja significativa.

O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não ocorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Cooperativa revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

2.15. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A seguinte norma foi emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), mas ainda não aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (“ANS”) e, portanto, não está em vigor para a data-base atual como práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades regulamentadas pela ANS. A Cooperativa não adotou essa norma na preparação de suas demonstrações contábeis e não planeja adotá-la de forma antecipada.

- Pronunciamento Técnico CPC 50 - Contratos de Seguros - Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS 17. A norma será aplicável à Cooperativa apenas quando referendada pela ANS.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Provisão para perdas sobre créditos

A Cooperativa efetua análises para fazer face a perdas na realização dos créditos de operações com planos de assistência técnicas, considerando os riscos envolvidos e registra quando a administração identifica evidência objetiva de perda, conforme os critérios definidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

(b) Determinação das vidas úteis dos ativos imobilizados

A Cooperativa utiliza as taxas estabelecidas pelo Fisco para o cálculo da depreciação dos bens do ativo imobilizado.

(c) Provisões para ações judiciais

A Cooperativa é parte envolvida em processos cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para ações judiciais, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis***(d) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos***

A Cooperativa está sujeita ao imposto de renda e contribuição social com base nas alíquotas vigentes. A Cooperativa também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, tais diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

4. Gestão de risco financeiro**4.1. Fatores de risco financeiro**

As atividades da Cooperativa expõem a alguns riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. A gestão de risco financeiro busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Cooperativa.

A gestão de risco é realizada pela Gerência Financeira e aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração. A Gerência Financeira identifica, avalia e protege a Cooperativa contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria Executiva e o Conselho de Administração estabelecem princípios para a gestão de riscos financeiros bem como para áreas específicas como risco de crédito, uso de instrumentos financeiros e investimentos de excedentes de caixa.

(a) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde. A Gerência Financeira avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, sua experiência passada e outros fatores. As vendas para clientes são liquidadas por meio de boleto bancário.

(b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Gerência Financeira. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Cooperativa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, bem como das exigências de garantias determinadas pelo órgão que regula as operadoras de saúde, a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

A Cooperativa investe o excesso de caixa gerado em papéis do mercado financeiro, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis***(c) Risco de mercado***

O risco de taxa de juros da Cooperativa decorre, principalmente, do seu volume de aplicações financeiras. Todas as movimentações relacionadas à taxa de juros impactam no resultado da Cooperativa.

A política da Cooperativa é de (a) garantir com aplicações financeiras as provisões técnicas exigidas pela agência reguladora, vinculando-as em favor da ANS nos termos dos normativos legais da referida agência reguladora, e (b) aplicar o excedente no mercado financeiro, buscando as melhores taxas de mercado nas instituições financeiras.

4.2. Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital é salvaguardar a capacidade de continuidade da Cooperativa para oferecer retorno aos cooperados.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Cooperativa pode rever a forma de distribuição de sobras do exercício, ou aumentar as quotas de participação deles na Cooperativa.

Capital regulatório

A Cooperativa monitora o capital com base no indicador do capital baseado em riscos, regra de capital que define montante variável a ser observado pela operadora em função de fatores pré-determinados por modelo padrão estabelecido pela ANS, compreendendo os principais riscos envolvidos nas atividades relacionadas à operação de planos privados de assistência à saúde, quais sejam: o risco de subscrição, o risco de crédito, o risco de mercado, o risco legal e o risco operacional.

Instrumentos financeiros

A administração procedeu à análise dos instrumentos financeiros que compõem o ativo e o passivo e concluiu que o valor justo das Disponibilidades, Créditos Operações com Planos de Assistência à Saúde e Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora e os Passivos Circulantes, principalmente Provisão de Eventos a Liquidar e Débitos de Operações de Assistência à Saúde, aproximam-se do saldo contábil, cujos critérios de contabilização e valores estão demonstrados nas demonstrações contábeis, em razão de o vencimento de parte significativa desses saldos ocorrer em data próxima à do balanço.

Em 31 de dezembro de 2025 a Cooperativa não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

4.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de créditos de operações com planos de assistência à saúde e eventos a liquidar com operações de assistência à saúde pelo valor contábil, menos provisão para perdas sobre créditos estejam próximos de seus valores justos.

5. Instrumentos financeiros por categoria

	2025	2024
Ativos financeiros		
Disponível	361.826	525.265
Aplicações financeiras	10.275.448	10.183.625
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	141.590	162.378
Créditos de oper. assist. à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	1.050.418	34.910
Adiantamentos - Bens e títulos a receber	7.734	5.684
	<u>11.837.016</u>	<u>10.911.862</u>
Passivos financeiros		
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores	1.786.000	443.106
Fornecedores - Débitos diversos	5.428	8.737
	<u>1.791.428</u>	<u>451.843</u>

6. Aplicações financeiras

	2025	2024
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		
Fundo de investimentos em renda fixa	3.824.806	3.418.256
Aplicações Livres		
Fundo de investimentos em renda fixa	3.168.353	2.839.428
Recibos de Depósitos Cooperativos - RDC	3.282.289	3.925.941
	<u>6.450.642</u>	<u>6.765.369</u>
	<u>10.275.448</u>	<u>10.183.625</u>

A Cooperativa mantém a constituição, vinculação e custódia de aplicações financeiras garantidoras de provisões técnicas de acordo com as normas da ANS.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

As aplicações financeiras possuem taxa de remuneração média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e são mantidas em bancos com bom *rating* de avaliação e boa reputação no mercado.

7. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

	2025	2024
Planos individuais	263.119	259.700
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(121.529)	(97.322)
	<u>141.590</u>	<u>162.378</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a análise do vencimento do saldo dos Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde estão apresentadas a seguir:

	2025	2024
A vencer	2.538	824
Vencidos		
Vencidos de 1 até 30 dias	113.642	130.353
Vencidos de 31 até 60 dias	30.168	37.307
Vencidos de 61 até 90 dias	4.188	3.894
Vencidos há mais de 90 dias	112.583	87.322
	<u>263.119</u>	<u>259.700</u>

A movimentação na provisão para perdas sobre créditos está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Em 1º de janeiro	(97.322)	(82.470)
Provisão / reversão para perdas sobre créditos, líquida	(24.207)	(14.852)
Em 31 de dezembro	<u>(121.529)</u>	<u>(97.322)</u>

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

8. Créditos de operações assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

	2025	2024
Taxa de administração	53.578	8.298
Intercâmbio a receber	1.128.423	157.661
Outros valores a receber	6.612	7.146
	1.188.613	173.105
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(138.195)	(138.195)
	1.050.418	34.910

9. Investimentos

	2025	2024
Participações societárias - operadoras de planos de assistência à saúde		
Unimed Paraíba - Federação das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico do Estado da Paraíba	159.246	159.246
Central Nacional Unimed	208.064	27.555
Participações societárias - outras entidades		
Unimed Seguros	811	638
Sicredi	6.019.891	6.519.891
	6.388.012	6.707.330

UNIMED SOUSA - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

10. Imobilizado

	Imóveis de uso próprio - não hospitalares		Imobilizado de uso próprio - não hospitalares				Total
	Terrenos	Edificações	Instalações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	
Taxa de depreciação ao ano	-	4%	10%	10%	20%	10%	20%
Em 31 de dezembro de 2024							
Saldo inicial	39.550	845.459	-	66.762	24.135	17.967	993.873
Adições	-	50.100	-	92.900	1.818	-	144.818
Baixas, líquidas de depreciação	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(62.914)	-	(21.762)	(8.955)	(2.200)	(95.831)
Saldo contábil, líquido	39.550	832.645	-	137.900	16.998	15.767	1.042.860
Custo	39.550	1.739.596	59.832	491.543	158.065	188.722	2.881.886
Depreciação acumulada	-	(906.951)	(59.832)	(353.643)	(141.067)	(172.955)	(1.839.026)
Saldo contábil, líquido	39.550	832.645	-	137.900	16.998	15.767	1.042.860
Em 31 de dezembro de 2025							
Saldo inicial	39.550	832.645	-	137.900	16.998	15.767	1.042.860
Adições	-	-	-	-	12.210	-	12.210
Depreciação	-	(63.750)	-	(21.819)	(8.635)	(2.200)	(96.404)
Saldo contábil, líquido	39.550	768.895	-	116.081	20.573	13.567	958.666
Custo	39.550	1.739.596	59.832	491.543	170.275	188.722	2.894.096
Depreciação acumulada	-	(970.701)	(59.832)	(375.462)	(149.702)	(175.155)	(1.935.430)
Saldo contábil, líquido	39.550	768.895	-	116.081	20.573	13.567	958.666

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

11. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

(a) Composição

	2025	2024
Provisões de contraprestações	739.885	707.651
Provisão de contraprestação não ganha - PCNG	663.872	639.723
Provisão para remissão	76.013	67.928
Provisão de eventos a liquidar para SUS	266.939	244.814
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores		
Laboratórios conveniados	138.912	-
Hospitais conveniados	464.388	-
Medicos não cooperados	43.639	-
Clínicas conveniadas	501.016	20.164
Medicos cooperados	117.751	4.217
Intercâmbio	520.294	418.725
	1.786.000	443.106
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	1.541.994	1.493.543
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA SUS)	18.108	7.712
	1.560.102	1.501.255
	4.352.926	2.896.826
Circulante	4.295.214	2.846.671
Não circulante	57.712	50.155

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(b) Movimentação

A seguir demonstramos a movimentação da provisão para remissão e da provisão para eventos ocorridos e não avisados:

Provisão de contraprestações

	2024	Variação	2025
Provisão para remissão	67.928	8.085	76.013

Provisão de eventos conhecidos e não avisados (PEONA)

	2024	Variação	2025
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	1.493.543	48.451	1.541.994
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA SUS)	7.712	10.396	18.108
	1.501.255	58.847	1.560.102

(c) Ativos garantidores

Os ativos vinculados da Cooperativa para garantia das provisões técnicas observam a RN nº 521/2022, alterada pela RN nº 573/2023, na proporção mínima exigida pela ANS, conforme quadro abaixo:

	2025	2024
Provisões técnicas (a)	2.395.748	2.224.132
Garantias das provisões técnicas (b)		
Fundo de investimentos em renda fixa	3.824.806	3.418.256
Suficiência de vinculação (b) - (a)	1.429.058	1.194.124

As provisões técnicas consideradas para lastro por ativos garantidores são a provisão para remissão, provisão de eventos a liquidar para outros prestadores, provisão para eventos ocorridos e não avisados, provisão para eventos ocorridos e não avisados - SUS e 98,9% da provisão de eventos a liquidar para SUS.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

12. Tributos e encargos sociais a recolher

	2025	2024
IRPJ a recolher	23.427	84.146
CSLL a recolher	113.480	88.776
INSS a recolher - assalariados	50.754	46.252
INSS a recolher - cooperados	24.475	17.035
FGTS a recolher	3.874	7.474
IR retido na fonte a recolher - funcionários	8.077	31.924
IR retido na fonte a recolher - terceiros	67.674	44.363
PIS e COFINS a recolher	3.510	9.088
ISS retido na fonte a recolher	10.325	315
PIS/COFINS/CSLL a recolher	23.545	4.975
	<u>329.141</u>	<u>334.348</u>

13. Provisões para ações judiciais

(a) Perdas prováveis, provisionadas no balanço

A Cooperativa é parte envolvida em processos cíveis e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais.

As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Cooperativa estima desembolsos prováveis de caixa no valor de R\$98.952 (R\$85.000 em 2024), referente a causas de natureza cível.

(b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Em 31 de dezembro de 2025, a Cooperativa tem ações de natureza cível envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, no montante de R\$110.853 (R\$82.603 em 2024), com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída.

Adicionalmente, a Cooperativa não tem ações de natureza tributária e trabalhista envolvendo riscos de perda classificados pela administração como prováveis nem possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Processos transitados em julgado - Decisão STF

No dia 8 de fevereiro de 2023, por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva transitada em julgado, sobre a constitucionalidade de tributos recolhidos de forma continuada (relação tributária de trato sucessivo), perde seus efeitos automaticamente caso o Supremo Tribunal Federal (STF) se pronuncie, posteriormente, em sentido contrário. Isso significa, na prática, que decisões proferidas em ação direta (ADI ou ADC) ou em sede de recurso extraordinário com repercussão geral interrompem os efeitos das decisões anteriores, no contexto de relações tributárias de trato sucessivo, mesmo que já transitadas em julgado. A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que, nos casos em que uma coisa julgada seja desconstituída e o respectivo tributo seja considerado devido, devem ser respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a noventena ou a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo (Decisão Relativização Coisa Julgada).

A administração da Cooperativa efetuou um inventário dos processos tributários transitados em julgado para os quais utiliza o benefício de repercussão geral e não identificou situações existentes e que podem ser impactadas pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

14. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social da Cooperativa é de R\$1.099.841, representado por 55 cooperados (igual quantidade em 2024), é ilimitado quanto ao máximo, variando conforme o número de quotas-partes subscritas, não podendo, entretanto, ser inferior a R\$72.020. A quota-parte é indivisível, intransferível a não cooperados e não pode ser negociada de nenhum modo nem dada em garantia. Todavia, depois de integralizadas, poderão ser transferidas entre cooperados, mediante autorização da Assembleia Geral e o pagamento de uma taxa de 5% sobre seu valor, respeitando-se o limite de 1/3 do total do capital subscrito para cada associado.

(b) Reservas de sobras

Em caso de sobras do exercício, o estatuto social da Cooperativa prevê a seguinte destinação:

i) Fundo de Reserva - É constituído a razão de 10% das sobras apuradas no exercício. Destinado a reparar eventuais perdas de qualquer natureza que a Cooperativa venha a sofrer, sendo indivisível entre os associados, mesmo no caso de dissolução e liquidação da Cooperativa, hipótese em que terá o destino que a Lei determinar, juntamente com o saldo remanescente não comprometido.

ii) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES - Indivisível entre os cooperados, é constituído a razão de 5% das sobras apuradas no exercício e pelo resultado da operação com não cooperados. Destina-se a prestar assistência aos cooperados e seus familiares, bem como programar atividades de incremento técnico e educacional dos cooperados e funcionários. No caso de dissolução e liquidação da Cooperativa, terá o destino que a Lei determinar, juntamente com o saldo remanescente não comprometido.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

As sobras líquidas, após as destinações, serão distribuídas aos cooperados na proporção das operações que houveram realizado com a Cooperativa, após a aprovação do balanço geral pela Assembleia Geral Ordinária, salvo decisão diversa desta. As perdas verificadas que não tenham cobertura no fundo de reservas, serão rateadas entre os cooperados, após aprovação do balanço geral pela Assembleia Geral Ordinária, na proporção das operações que houverem realizado com a Cooperativa.

15. Contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde

	2025	2024
Contraprestações líquidas		
Contraprestações com preço pré-estabelecido		
Plano individual	15.866.811	15.411.018
Plano coletivos empresariais	2.377.277	2.211.242
Contraprestações de corresponsabilidade cedida	(294.030)	(237.490)
Cancelamentos	(102.993)	(51.161)
	<u>17.847.065</u>	<u>17.333.609</u>
 Variação de provisões técnicas	 (8.085)	 (7.349)
 Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		
PIS sobre faturamento	(31.824)	(37.432)
COFINS sobre faturamento	(195.840)	(230.361)
	<u>(227.664)</u>	<u>(267.793)</u>
	<u>17.611.316</u>	<u>17.058.467</u>

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

16. Eventos conhecidos ou avisados

	2025	2024
Cobertura assistencial preço preestabelecido		
Planos família		
Despesas com eventos	(7.565.225)	(5.520.325)
Corresponsabilidade	(5.373.752)	(4.299.653)
Glosas	12	-
Recuperação de despesas	970.925	596.300
	<u>(11.968.040)</u>	<u>(9.223.678)</u>
Planos coletivos empresariais		
Despesas com eventos	(607.651)	(348.340)
Corresponsabilidade	(212.804)	(212.662)
	<u>(820.455)</u>	<u>(561.002)</u>
Ressarcimento ao SUS		
Despesas com eventos	(48.326)	(36.484)
	<u>(48.326)</u>	<u>(36.484)</u>
Corresponsabilidade assumida		
Despesas com eventos	(6.048.204)	(5.386.494)
Corresponsabilidade	6.048.204	5.386.494
	-	-
	<u>(12.836.821)</u>	<u>(9.821.164)</u>

17. Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora

	2025	2024
Receitas com prestações de serviços (i)	11.748.911	8.723.208
Outras receitas operacionais		
Reversão de provisões para perdas sobre créditos	22.779	133.027
Recuperação de despesas	44.473	16.300
Outras	188.205	70.197
	<u>255.457</u>	<u>219.524</u>
	<u>12.004.368</u>	<u>8.942.732</u>

(i) Refere-se a receita com intercâmbios, decorrentes de atendimentos de usuários de outras Cooperativas do Sistema Unimed.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

18. Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde

	2025	2024
Reembolsos	(187.023)	(535.165)
Provisão para contingências	(60.249)	-
Outras despesas (i)	(1.928.211)	(2.396.683)
	<u>(2.175.483)</u>	<u>(2.931.848)</u>
Provisão para perdas sobre demais créditos de operadoras de plano de saúde	(61.945)	(114.128)
	<u>(2.237.428)</u>	<u>(3.045.976)</u>

(i) Refere-se a despesas com plano de saúde da operadora, como materiais, medicamentos, órtese e prótese e material especial, entre outros.

19. Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora

	2025	2024
Despesas com prestação de serviço (i)	(11.008.956)	(8.042.129)
Glosas acatadas	(384.844)	(590.717)
Glosas	<u>22.236</u>	<u>4.223</u>
	<u>(11.371.564)</u>	<u>(8.628.623)</u>

(i) Refere-se a despesas com usuários da Cooperativa que foram atendidos em outras operadoras do Sistema Unimed (Intercâmbio).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

20. Despesas administrativas

	2025	2024
Honorários da diretoria	(424.985)	(416.690)
Salários e ordenados	(379.155)	(358.448)
Gratificações	(71.003)	-
13º salário e férias	(84.569)	(145.699)
Encargos sociais	(431.964)	(395.244)
Consultoria	(131.064)	(131.064)
Serviços de terceiros	(2.399.292)	(1.938.471)
Depreciação	(96.404)	(95.831)
Seguros em Geral	(112.517)	(97.280)
Malotes e correspondências	(57.029)	(38.980)
Telefone e telegramas	(16.706)	(16.240)
Planos de previdência dos cooperados	(108.433)	(89.959)
Despesas com locomoção	(439.167)	(411.442)
Impostos, tributos e contribuições	(43.260)	(75.357)
Custas judiciais	(6.480)	(93.837)
Outras despesas administrativas	(166.503)	(139.311)
	<u>(4.968.531)</u>	<u>(4.443.853)</u>

21. Resultado financeiro líquido

	2025	2024
Receitas financeiras		
Receitas com aplicações financeiras	1.400.815	1.044.505
Juros sobre capital próprio	878.224	705.452
Outras receitas financeiras	59.494	53.925
	<u>2.338.533</u>	<u>1.803.882</u>
Despesas financeiras		
Taxa de administradora financeira	(82.436)	(50.133)
Descontos concedidos	(392.511)	(353.464)
Juros e multa sobre tributos	(758)	(164.168)
Outras despesas	(25.436)	(7.763)
	<u>(501.141)</u>	<u>(575.528)</u>
	<u>1.837.392</u>	<u>1.228.354</u>

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

22. Imposto de renda e contribuição social

	2025	2024
Base tributável de atos não cooperativos - Receitas financeiras	2.338.533	1.803.882
IRPJ (15%)	(350.780)	(270.582)
IRPJ (adicional 10%)	(209.853)	(156.388)
Imposto de renda (15% + adicional 10%)	(560.633)	(426.970)
Contribuição social (9%)	(210.468)	(162.349)

23. Partes relacionadas

(i) Transações e saldos

As transações realizadas pela Cooperativa com partes relacionadas estão representadas principalmente pelos eventos indenizáveis junto aos seus próprios cooperados, sendo estes eventos remunerados de acordo com a tabela de Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos - CBHPM.

As transações relevantes com partes relacionadas estão demonstradas no ativo e passivo circulante e, nas Notas 9, 11, 14, 16, 17, 19 e 20, investimentos, provisão de eventos a liquidar para outros prestadores, patrimônio líquido, eventos conhecidos ou avisados, receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora, outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora e despesas administrativas, respectivamente.

(ii) Remuneração dos administradores

O pessoal-chave da administração compreende os membros da diretoria executiva da Cooperativa (presidente, vice-presidente, superintendente geral e diretores), conselheiros de administração e conselheiros fiscais. Em 31 de dezembro de 2025 a remuneração paga ao pessoal-chave por serviços de gestão foi de R\$424.985 (R\$416.690 em 2024).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

24. Conciliação entre o resultado líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais

	2025	2024
Resultado líquido	(794.448)	628.010
Ajustes de		
Depreciação e amortização	96.404	95.831
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	8.085	7.349
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados	58.847	67.188
Provisão para perdas sobre créditos	61.945	114.128
Provisão para ações judiciais	13.952	(128.256)
Utilização do FATES	(1.854)	(1.640)
Ajustes de exercícios anteriores	(2.328)	53.310
	(559.397)	835.920
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Aplicações financeiras	(91.823)	(205.305)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	(41.157)	79.122
Créditos de oper. assist. à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	(1.015.508)	12.645
Créditos tributários e previdenciários	(21.642)	(3.837)
Bens e títulos a receber	(62.202)	19.649
Conta-corrente com cooperados	100	28
Investimentos	(180.682)	(16.504)
Imobilizado	(1.411)	(139.080)
Provisão de contraprestação não ganha - PCNG	24.149	38.372
Provisão de eventos a liquidar para SUS	22.125	15.441
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores	1.342.894	(319.611)
Débitos de operações de assistência à saúde	(25.685)	53.143
Tributos e encargos sociais a recolher	(5.207)	(227.998)
Débitos diversos	(37.144)	38.619
Conta-corrente de cooperados	(50)	(77)
Caixa líquido das atividades operacionais	(652.640)	180.527

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

25. Cobertura de seguros

A Cooperativa adota a política de contratar cobertura de seguros para responsabilidade civil por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os montantes das coberturas, para 31 de dezembro de 2025, contratadas junto a Unimed Seguros Patrimoniais S.A., são resumidas a seguir:

Coberturas	Vigência	Limite máximo de garantia por especialidade (R\$)
Responsabilidade civil profissional para médicos e outros profissionais	01/05/2025 a 01/05/2026	150.000

* * *